

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

Tendo em vista o exponencial crescimento da frota veicular de nosso município que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de veículos registrados de quase 40.000 unidades (fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/ranking-resumido/download.html?cod=4107207>),

sem levar em consideração os veículos de outras localidades que transitam pelo município, a população e os usuários das vias buscam novas rotas trafegáveis afim de evitar os pontos de acúmulo de trânsito, sendo assim, como este recurso se trata exclusivamente de infraestrutura para pavimentos urbanos, o município por sua vez viu a oportunidade de melhorar e aumentar a sua malha viária urbana pavimentada, atendendo desta vez trechos de pavimentação que já possuem infraestrutura de pavimento poliédrico e drenagem consolidada que apresentam algum grau de deterioração e que precisam de melhoramento em calçadas e passeios, sendo que através do recapeamento a ser executado visamos melhorar as condições de tráfego do pavimento, atendendo de forma ampla a comunidade e a população local.

Sendo assim neste projeto os trechos atendidos são compostos por pavimentação poliédrica, meio fio, sistema de drenagem e calçadas, que já possui uma estrutura consolidada e que necessitam investimento para



manutenção das condições de tráfego e melhorias das condições estruturais do pavimento, complementação de calçadas inexistentes e outros previstos no projeto de engenharia, saliento que os trechos previstos neste investimento, são pavimentos que se não preservados nesta fase, futuramente apresentarão problemas estruturantes e demandarão maiores recursos para conserva-las ou reconstruí-las.

Sendo assim a escolha dos serviços de pavimentação asfáltica utilizando o pavimento poliédrico existente como base para nova pavimentação, representa economicidade, segurança e agilidade à população que transita por este, pois a mesma proporciona a população uma malha viária com uma estrutura de qualidade e que facilita o deslocamento e de celeridade a chegada aos destinos gerando economia ao usuário da via e ao município uma vez que melhorias na pavimentação aumentam a vida útil do pavimento, e gera economicidade ao deixar de executar serviços de reestruturação do pavimento em função do avanço do grau de deterioração do pavimento.

Neste ainda podemos dizer que os locais escolhidos para a intervenção do empreendimento são de grande importância para malha viária urbana do nosso município, melhorando e acelerando o fluxo veicular central agilizando escoamento de produtos e pessoas.

Ressaltamos que esta obra se trata de uma pavimentação asfáltica sobre o pavimento poliédrico existente, o projeto visa reaproveitar a estrutura de pavimentação, melhorando o mesmo, aumentando a capacidade estrutural deste pavimento existente e consequentemente aumentando a vida útil do mesmo.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)



Neste cabe informar que o recurso aportado pelo contrato de repasse é único e exclusivo para investimentos na área de infraestrutura de pavimentação asfáltica.

Neste ainda por se tratar de melhoramento de pavimentos existentes através da pavimentação asfáltica, o qual já possui uma base consolidada em pavimento poliédrico optamos pela execução de um recapeamento em duas camadas, a primeira de reperfilamento que visa corrigir deformações preexistentes do pavimento poliédrico e a segunda que seria uma capa asfáltica sobre a reperfilagem, além dos serviços de recuperação de base onde o pavimento apresenta algum grau de instabilidades, recuperação de meio fios, execução de calçadas e sinalização viária, afim de dar funcionalidade ao pavimento.

Salientamos que esta solução acima é a mais tradicional e rotineiramente utilizada, além de que este método de reaproveitamento da infraestrutura existente, gera uma economia, pois em outros métodos ou modelos construtivos como o de pavimento rígido em concreto exigiria a remoção do pavimento poliédrico e a execução de bases e sub-bases pétreas granularmente estabilizadas, o que aumentaria o custo efetivo da obra, além de que, estes outros métodos regionalmente poucas empresas estão aptas ou que possuem qualificação técnica suficiente para execução do empreendimento.

Saliento que no mercado existem outros métodos construtivos disponíveis que são:

- Recapeamento asfáltico; sendo este método adotado neste projeto, e que possui custo inferior a outros do mercado, sendo que neste projeto o custo médio observado fica entorno de 100,00 R\$/m² - 170,00 R\$/m², pois utiliza da infraestrutura existente como base para recebimento da pavimentação asfáltica.
- Implantação de novos pavimentos: podendo ser pavimento asfáltico ou em concreto, levando em consideração que estes métodos necessitam que seja removido o pavimento existente, além da necessidade de execução serviços de terraplanagem pois necessitaria remover solo



para que pudesse executar as camadas de base e sub base e camada asfáltica e ainda manter a grade de pavimento existente, temos que a média de custo da pavimentação para implantação de pavimento asfáltico ficara em torno de 250,00 R\$/m² e para pavimento rígidos em concreto cerca de 300,00 R\$/m², além de que estes métodos necessitariam de revisão ou até mesmo reconstrução de dispositivos de drenagem, o que encareceria ainda mais o empreendimento diminuindo o alcance quantitativo do projeto.

JUSTIFICATIVA TECNICA

Salientamos que o método construtivo escolhido, no caso a pavimentação através do recapeamento, é o método mais rápido, por não depender de alteração em características naturais já existentes, de mais fácil execução pois não executa trabalhos em terra ou trabalhos com elementos pétreos de base, não necessita de isolamento da área, pois após a aplicação do recapeamento em algumas horas o trânsito já pode ser liberado, além disso é o método mais economicamente viável financeiramente pois apresenta um custo de aproximadamente 40 % inferior a outros métodos conforme visto a cima.

Sendo assim este método é o mais economicamente viável para este tipo de obra, portando a forma escolhida é a pavimentação asfáltica.

Vale ressaltar que por se tratar de vias urbanas consolidadas, os trechos não necessitam intervenções de drenagem em grande escala uma vez que os trechos já possuem o sistema de drenagem consolidado, cabendo ao projetista a análise do sistema e sua funcionalidade e caso necessário sua complementação.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim ()

Não (x)



A participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) será vedada no presente certame, com fundamento nas disposições da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021, pelas razões a seguir expostas:

O objeto da contratação consiste na execução de obra de engenharia de grande vulto, referente ao recapeamento asfáltico de vias urbanas, com valor estimado superior a R\$ 11.000.000,00, envolvendo significativa complexidade técnica, operacional e logística, além de elevada exigência de capacidade econômico-financeira.

Conforme análise de mercado constante no Estudo Técnico Preliminar, verificou-se que a execução de serviços dessa natureza e porte é predominantemente realizada por empresas de médio e grande porte, dotadas de estrutura operacional compatível, incluindo usinas de produção de massa asfáltica, equipamentos especializados e equipes técnicas multidisciplinares.

A participação de empresas de pequeno porte, no presente caso, mostra-se potencialmente prejudicial à adequada execução contratual, em razão das limitações inerentes à sua capacidade operacional e financeira frente às exigências do objeto, podendo comprometer a eficiência, a segurança e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

Dessa forma, a aplicação do tratamento favorecido previsto na legislação às ME/EPP não se mostra adequada ao caso concreto, uma vez que poderia resultar em restrição indireta à competitividade efetiva ou risco à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Ressalta-se que a presente vedação não configura afronta ao princípio do tratamento favorecido às ME/EPP, mas sim sua adequada relativização diante das especificidades do objeto, em consonância com os princípios da eficiência, do interesse público e da seleção da proposta mais vantajosa.

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (☒)

Não (☐)

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (☒)

Não (☐)

Da vedação à subcontratação

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

A vedação à subcontratação justifica-se em razão da natureza dos serviços a serem executados, que compreendem obras de recapeamento asfáltico e execução de calçadas, os quais demandam elevado grau de controle técnico, padronização dos procedimentos executivos e responsabilidade direta da contratada sobre todas as etapas da obra.

A execução integral do objeto por uma única empresa contratada é essencial para garantir a uniformidade na aplicação dos materiais, especialmente no que se refere ao CBUQ, à execução das camadas estruturais, ao controle tecnológico e à compatibilização com os serviços complementares, como drenagem, sinalização e urbanização.



A eventual subcontratação poderia acarretar fragmentação das responsabilidades, dificultando a fiscalização e o acompanhamento contratual por parte da Administração, além de aumentar o risco de falhas na execução, despadronização dos serviços e comprometimento da qualidade final da obra.

A medida visa, ainda, assegurar maior eficiência na gestão contratual, evitando conflitos entre empresas, atrasos na execução e dificuldades na responsabilização por eventuais vícios construtivos ou necessidade de retrabalho.

Ressalta-se que os serviços licitados são amplamente disponíveis no mercado, sendo plenamente possível sua execução por empresas que detenham, de forma direta, capacidade técnica e operacional compatível com as exigências estabelecidas, não havendo prejuízo à competitividade do certame.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

A adoção de Ata de Registro de Preços não é adequada para a presente contratação, pois se trata de obra de engenharia com escopo definido, quantitativos previamente estimados e necessidade de execução contínua.

Os serviços dependem de condições específicas de cada local e exigem planejamento detalhado, cronograma próprio e controle técnico rigoroso, o que inviabiliza a padronização necessária ao sistema de registro de preços.

Além disso, a utilização da ata poderia gerar riscos como descontinuidade da execução e dificuldades na gestão contratual.

Dessa forma, a contratação por licitação específica mostra-se mais adequada, garantindo maior controle, eficiência e segurança na execução do objeto.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

Não se mostra adequado o parcelamento do objeto em grupos, lotes ou cotas, em razão da natureza integrada dos serviços a serem executados, que compreendem recapeamento asfáltico e execução de calçadas.

A divisão do objeto poderia comprometer a qualidade final da obra, tendo em vista que os serviços são interdependentes e exigem padronização técnica e compatibilização entre etapas, como preparação da base, aplicação do revestimento asfáltico, execução de drenagem e construção de calçadas. A eventual contratação de múltiplas empresas aumentaria o risco de



descontinuidade dos serviços, divergências técnicas e dificuldades na responsabilização por falhas construtivas.

Além disso, o parcelamento poderia acarretar prejuízos ao cronograma de execução, uma vez que atrasos em determinadas etapas impactariam diretamente as demais, podendo ocasionar paralisações e comprometimento da funcionalidade e segurança das vias atendidas.

Dessa forma, a contratação por lote único, com execução integral por uma única empresa, mostra-se a alternativa mais eficiente, garantindo melhor controle técnico, maior agilidade na execução e adequada responsabilização pela qualidade dos serviços.

Ressalta-se que tal opção não compromete a competitividade do certame nem a economicidade da contratação, sendo plenamente compatível com a capacidade do mercado para execução do objeto.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas com base em levantamento prévio das áreas dos trechos a serem contemplados pelo recapeamento asfáltico e execução de calçadas, totalizando aproximadamente 71.718,82 m² de intervenção.

Para fins de estimativa inicial de custos, adotou-se como referência valores praticados em contratações similares realizadas pelo Município, resultando em um custo médio estimado de aproximadamente R\$ 165,30 por metro quadrado.

Ressalta-se que tais estimativas possuem caráter preliminar, uma vez que os quantitativos e custos definitivos serão devidamente apurados e detalhados por meio do projeto técnico de engenharia, que considerará as especificidades de cada trecho, incluindo condições do pavimento existente, necessidades de drenagem, execução de calçadas e demais intervenções complementares.



Dessa forma, os valores apresentados poderão sofrer variações, a depender das soluções técnicas adotadas no projeto executivo, garantindo maior precisão orçamentária e adequação à realidade do objeto a ser contratado.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em referências oficiais de preços amplamente utilizadas em obras públicas de engenharia, considerando a natureza dos serviços de recapeamento asfáltico com execução de calçadas.

Para tanto, foram adotados como parâmetros os valores constantes nas tabelas do DER/PR, por meio da planilha ORÇPAV disponibilizada pelo Paranacidade, entidade vinculada à Secretaria de Estado das Cidades (SECID), utilizando como referência a Tabela DER/PR (sem desoneração) de março de 2025 e SINAPI de abril de 2025.

Adicionalmente, foi realizada análise comparativa com contratações similares promovidas pelo Município, a exemplo das Concorrências nº 08/2025 e nº 17/2025, constatando-se que os valores praticados permanecem compatíveis com os referenciais adotados, não havendo variações significativas que comprometam a estimativa.

Com base nesses parâmetros, adotou-se o custo médio estimado de R\$ 165,30 por metro quadrado. Considerando a área total prevista de 71.718,82 m², o valor estimado da contratação perfaz o montante de R\$ 11.855.363,55 (onze milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), já contemplando o BDI.

Ressalta-se que o valor apresentado possui caráter estimativo, sendo que os quantitativos e custos definitivos serão estabelecidos a partir da elaboração do



projeto executivo e do respectivo Termo de Referência, considerando as especificidades técnicas de cada trecho a ser executado.

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Em Anexo

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia destinados ao recapeamento asfáltico de vias urbanas, com execução de calçadas, contemplando todas as etapas necessárias à reabilitação funcional e estrutural da malha viária existente.

A intervenção prevê, inicialmente, a recuperação de pontos críticos do pavimento, com preparo da superfície e eventuais correções localizadas, seguida da aplicação de camada de revestimento asfáltico em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), visando ao restabelecimento da capacidade estrutural e à melhoria das condições de rolamento.

Complementarmente, serão executados serviços de drenagem superficial, adequação e recomposição de meios-fios, bem como a implantação de calçadas, garantindo acessibilidade, mobilidade urbana e segurança aos pedestres, em conformidade com as normas de acessibilidade vigentes.

A solução contempla, ainda, a execução de sinalização viária horizontal e vertical, essencial para a adequada regulamentação do tráfego e segurança dos usuários, além da realização de ensaios tecnológicos e controle de qualidade dos materiais e serviços executados.



Os serviços deverão observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, em especial as especificações do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), do DER/PR (Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná) e as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), incluindo, mas não se limitando, às diretrizes relativas a pavimentação asfáltica, drenagem, controle tecnológico, acessibilidade e sinalização viária.

No que se refere à manutenção e durabilidade, a solução adotada prioriza o emprego de materiais e técnicas consagradas, garantindo maior vida útil ao pavimento e redução de custos com intervenções futuras. Deverão ser previstas em contrato as obrigações de garantia e assistência técnica por parte da contratada, assegurando a correção de eventuais vícios construtivos, conforme legislação vigente.

Dessa forma, a solução apresenta-se como a mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, por se tratar de metodologia amplamente consolidada no setor de infraestrutura urbana, com elevada eficiência e compatibilidade com as condições locais, garantindo melhoria significativa na trafegabilidade, segurança e conforto dos usuários, além de contribuir diretamente para o desenvolvimento urbano e a qualidade de vida da população.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Qualificação Técnica Geral

- a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica (empresa), comprovando a regularidade da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro do prazo de validade e com jurisdição na sede da empresa.
- b) Certidão de Registro de Pessoa Física do(s) profissional(is) indicado(s), junto ao CREA e/ou CAU, dentro do prazo de validade, com atribuições compatíveis ao objeto da contratação.



c) Comprovação de que o responsável técnico indicado pertence ao quadro da empresa, mediante apresentação de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ficha de registro de empregados ou outro documento equivalente.

d) Caso o profissional indicado não integre o quadro permanente da empresa no momento da habilitação, poderá ser apresentado contrato de prestação de serviços ou documento de indicação de profissional, contendo:

- identificação completa do profissional;
- indicação expressa de participação no certame;
- anuência formal do profissional.

d.1) Os acervos técnicos apresentados deverão estar em nome do profissional indicado.

d.2) A comprovação de vínculo permanente deverá ser apresentada obrigatoriamente na fase de contratação, mediante CTPS, contrato de trabalho ou ficha de registro.

e) Quando o profissional detentor do acervo técnico for sócio ou dirigente da empresa, a comprovação será realizada por meio do contrato social ou ato constitutivo. Caso o vínculo seja de natureza civil, deverá ser apresentado contrato de prestação de serviços.

Qualificação Técnico-Operacional

f) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços de engenharia similares ao objeto da contratação, admitido o somatório, contemplando no mínimo:

- Execução de serviços de pavimentação ou recapeamento asfáltico em vias urbanas, incluindo preparação de base, aplicação de CBUQ e serviços correlatos, em quantitativo mínimo correspondente a 50% dos itens de maior relevância do objeto.



- g) Os atestados deverão estar acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA e/ou CAU, não sendo aceitos documentos sem validação do conselho profissional competente.
- h) Apresentação de relação de disponibilidade de máquinas, equipamentos e veículos necessários à execução da obra, compatíveis com o porte dos serviços, devidamente assinada pelo responsável legal e pelo responsável técnico, com declaração expressa de disponibilidade durante toda a execução contratual.
- i) Declaração formal da empresa de pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da execução dos serviços.
- j) Declaração formal de pleno conhecimento dos projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e demais documentos que compõem o empreendimento.
- k) Declaração de disponibilidade de usina de asfalto, própria ou de terceiros, com licença de operação válida. No caso de terceiros, deverá ser apresentado termo de compromisso de fornecimento de CBUQ.
- l) A usina deverá estar localizada a uma distância máxima de 100 km do local da obra, em razão das exigências técnicas relacionadas à manutenção da temperatura e qualidade da mistura asfáltica.

Qualificação Técnico-Profissional

- m) Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) do(s) profissional(is) indicado(s), comprovando a execução de serviços de engenharia com características semelhantes ao objeto da contratação, especialmente pavimentação ou recapeamento asfáltico.
- n) Declaração de disponibilidade ou compromisso de futura contratação do(s) profissional(is), com anuência expressa.
- o) Declaração formal do(s) profissional(is) indicado(s) de pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da execução da obra.



p) Declaração formal de conhecimento dos projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e demais documentos que compõem o empreendimento.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(X) NÃO

A Contratada deverá:

assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços a serem executados.

executar os serviços de forma direta, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

executar, fielmente os serviços, de acordo com as especificações e exigências da fiscalização, não se admitindo modificações projetuais sem prévia consulta e concordância da Contratante.

executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios definidos no cronograma, possíveis alterações no cronograma deverão ser solicitados com antecedência e aprovados junto ao contratante.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e



administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexos causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Justificativa Técnica – Usina de Asfalto (CBUQ)

A exigência de limitação da distância da usina de asfalto ao local de execução da obra fundamenta-se em critérios técnicos essenciais à garantia da qualidade, durabilidade e desempenho do revestimento asfáltico, constituindo medida necessária e proporcional à complexidade do objeto.

O Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) possui características físico-químicas que exigem controle rigoroso de temperatura desde sua produção até sua aplicação. Durante o transporte, ocorre perda gradual de temperatura da mistura, o que compromete diretamente sua trabalhabilidade, aderência e capacidade de compactação. A aplicação da massa asfáltica fora da faixa térmica recomendada pelas normas técnicas resulta em redução da eficiência da compactação, aumento da porosidade e consequente diminuição



da vida útil do pavimento, podendo ocasionar patologias precoces, como fissuração, desagregação e deformações permanentes.

A adequada compactação do revestimento asfáltico está diretamente relacionada à manutenção da temperatura ideal da mistura no momento da aplicação, sendo este um dos fatores determinantes para o desempenho estrutural do pavimento. Além disso, a correta atuação dos ligantes asfálticos em temperaturas adequadas contribui para a coesão da mistura e resistência às solicitações do tráfego, reduzindo significativamente a incidência de falhas prematuras.

Dessa forma, a limitação da distância da usina de asfalto visa assegurar que a mistura seja aplicada dentro dos parâmetros técnicos estabelecidos pelas normas do DNIT, DER/PR e ABNT, garantindo a qualidade do serviço executado e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Sob o aspecto jurídico, a exigência encontra amparo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a estabelecer requisitos de qualificação técnica compatíveis com o objeto da contratação, desde que devidamente justificados e proporcionais.

Adicionalmente, o entendimento dos Tribunais de Contas é no sentido de que exigências técnicas são legítimas quando necessárias para assegurar a qualidade da execução contratual e devidamente motivadas. O Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou no sentido de que a Administração pode estabelecer condições técnicas específicas relacionadas à execução do objeto, desde que tais exigências não sejam restritivas à competitividade de forma indevida, mas sim justificadas pela necessidade de garantir o desempenho e a qualidade do serviço (ex.: Acórdãos do TCU nº 2622/2013-Plenário e nº 1214/2013-Plenário).

No mesmo sentido, Tribunais de Contas Estaduais têm admitido a fixação de distância máxima de usina de asfalto quando demonstrada a sua pertinência técnica, especialmente em obras de pavimentação, em razão da influência direta da temperatura da mistura no resultado final do pavimento.



Ressalta-se que a exigência não configura restrição indevida à competitividade, uma vez que se trata de condição amplamente praticada no mercado de obras rodoviárias e urbanas, sendo plenamente atendida por diversos fornecedores da região.

Diante do exposto, conclui-se que a limitação da distância da usina de asfalto constitui medida técnica indispensável, juridicamente admissível e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, garantindo maior durabilidade da obra e evitando desperdício de recursos públicos decorrentes de falhas prematuras no pavimento.

Justificativa da Qualificação Técnica

A exigência de qualificação técnica na presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar que a futura contratada detenha capacidade operacional e experiência comprovada compatíveis com a complexidade do objeto, consistente na execução de serviços de recapeamento asfáltico com execução de calçadas, os quais envolvem etapas críticas de engenharia que impactam diretamente a durabilidade, segurança e desempenho da infraestrutura viária.

A execução de revestimentos asfálticos em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) exige domínio técnico quanto ao controle de temperatura, aplicação, espalhamento e compactação da mistura, bem como adequada preparação da superfície e integração com sistemas de drenagem e dispositivos urbanos, como meios-fios e calçadas. Tais serviços são altamente sensíveis a falhas executivas, sendo que eventuais não conformidades podem resultar em patologias precoces do pavimento, como fissuração, exsudação, deformações plásticas e desagregação, comprometendo sua vida útil e gerando custos adicionais à Administração.

Nesse contexto, a exigência de comprovação de execução anterior de serviços similares, especialmente aqueles classificados como parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, encontra respaldo no §2º do art. 67 da Lei



nº 14.133/2021, constituindo medida essencial para mitigar riscos técnicos e assegurar que a empresa licitante possua know-how comprovado nas etapas mais críticas da obra.

Adicionalmente, o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU) admite a exigência de qualificação técnica desde que haja pertinência e proporcionalidade com o objeto, sendo legítima a definição de requisitos mínimos que garantam a capacidade de execução contratual (ex.: Acórdãos nº 2622/2013-Plenário e nº 1214/2013-Plenário).

Dessa forma, a qualificação técnica não se configura como restrição indevida à competitividade, mas sim como instrumento indispensável para assegurar a execução adequada do objeto, a qualidade dos serviços prestados e a proteção do interesse público, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos e a entrega de resultados duráveis e eficientes à coletividade.

Justificativa da Qualificação Econômico-Financeira

A exigência de qualificação econômico-financeira justifica-se pela necessidade de verificar a capacidade da licitante em suportar os encargos decorrentes da execução contratual, considerando o vulto financeiro e a complexidade operacional do objeto, que envolve a mobilização de equipamentos, aquisição de insumos em larga escala, contratação de mão de obra especializada e manutenção de fluxo contínuo de execução.

A execução de obras de pavimentação asfáltica demanda significativa capacidade de investimento inicial, especialmente para aquisição de materiais betuminosos, operação de usinas de asfalto, logística de transporte e manutenção de equipamentos pesados, sendo imprescindível que a empresa contratada possua solidez econômico-financeira suficiente para suportar tais custos sem comprometer a continuidade dos serviços.

A verificação da saúde financeira da licitante, por meio de indicadores e demonstrações contábeis, tem como finalidade mitigar riscos de inadimplência, paralisação da obra, abandono contratual ou execução inadequada por



insuficiência de recursos, situações que podem gerar prejuízos diretos ao erário e atrasos na entrega do objeto.

Tal exigência encontra respaldo nos princípios da eficiência e da economicidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como nas disposições da Lei nº 14.133/2021, que autorizam a Administração a estabelecer critérios que assegurem a adequada execução contratual.

Adicionalmente, o Tribunal de Contas da União (TCU) possui entendimento consolidado no sentido de que a exigência de qualificação econômico-financeira é legítima quando proporcional ao objeto e necessária à mitigação de riscos contratuais, não configurando restrição à competitividade quando devidamente fundamentada.

Dessa forma, a exigência de qualificação econômico-financeira mostra-se medida indispensável para garantir a seleção de empresas com capacidade real de execução, assegurando a continuidade dos serviços, a adequada aplicação dos recursos públicos e a proteção do interesse coletivo.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

A execução dos serviços de recapeamento asfáltico com execução de calçadas, embora não se caracterize como atividade de significativo impacto ambiental quando comparada a obras de maior porte ou intervenções estruturais profundas, pode gerar impactos ambientais pontuais, especialmente relacionados à geração de resíduos, emissão de poluentes atmosféricos, consumo de recursos naturais e interferências locais durante a execução.



No que se refere ao material empregado, o Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) é produzido em usinas devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, as quais operam sob rigoroso controle de emissões atmosféricas, conforme exigido pela legislação ambiental vigente. A mistura asfáltica, quando aplicada em conformidade com as normas técnicas, não apresenta potencial significativo de contaminação ambiental no local de aplicação, uma vez que seus componentes encontram-se estabilizados após o processo de usinagem.

Entretanto, durante as etapas de fresagem, regularização da base, execução de calçadas e demais intervenções, podem ser gerados resíduos sólidos (como material fresado, entulhos e sobras de construção), os quais deverão ter destinação ambientalmente adequada, sob responsabilidade integral da contratada, com acompanhamento da fiscalização do contrato.

A contratada deverá observar integralmente a legislação ambiental aplicável, em especial a Lei nº 12.305/2010, adotando medidas que priorizem a não geração, redução, reutilização, reciclagem e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

Além disso, deverão ser observadas as diretrizes estabelecidas no art. 225 da Constituição Federal de 1988, garantindo a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como as disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como princípio das contratações públicas.

No âmbito técnico, deverão ser respeitadas as normas da ABNT, bem como diretrizes do DNIT e do DER/PR, especialmente no que se refere ao controle tecnológico dos materiais, qualidade da execução e mitigação de impactos ambientais associados às obras rodoviárias.

Como medidas mitigadoras, a contratada deverá adotar, no mínimo, as seguintes práticas:

- Destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados, com comprovação documental quando exigido pela fiscalização;



- Observância às normas de segurança, saúde e higiene do trabalho, conforme regulamentações do Ministério do Trabalho;
- Racionalização do uso de recursos naturais e insumos, evitando desperdícios e promovendo eficiência na execução;
- Utilização, sempre que tecnicamente viável, de materiais reciclados ou recicláveis, bem como reaproveitamento de resíduos, como fresado asfáltico;
- Controle de emissões atmosféricas, poeira e ruídos durante a execução dos serviços;
- Adoção de práticas que minimizem impactos ao entorno da obra, especialmente em áreas urbanas;
- Destinação adequada de embalagens, recipientes de insumos e materiais potencialmente poluentes, como óleos, solventes e tintas;
- Prioridade, quando possível, à utilização de mão de obra, insumos e tecnologias de origem local, contribuindo para a sustentabilidade econômica e social;

Adicionalmente, a Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar informações acerca dos materiais empregados, incluindo origem, composição e impactos ambientais, podendo exigir substituição por alternativas tecnicamente equivalentes que apresentem melhor desempenho ambiental, desde que observada a viabilidade técnica e econômica.

A contratada deverá ainda apresentar declaração formal de atendimento às diretrizes de sustentabilidade ambiental, comprometendo-se com a adoção de boas práticas ambientais durante toda a execução contratual.

Dessa forma, conclui-se que, embora os impactos ambientais associados ao objeto sejam de baixa magnitude e predominantemente controláveis, a adoção das medidas acima descritas é essencial para assegurar a execução sustentável do empreendimento, em conformidade com a legislação vigente e os princípios da administração pública, especialmente os da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável.

**11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A contratação dos serviços de recapeamento asfáltico com execução de calçadas visa à melhoria da trafegabilidade, segurança viária, acessibilidade e durabilidade da infraestrutura urbana, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos.

Espera-se que o revestimento asfáltico apresente regularidade superficial adequada, garantindo conforto ao rolamento, redução de esforços dinâmicos e aumento da vida útil do pavimento, mediante execução conforme normas técnicas e controle tecnológico dos materiais.

A solução proporcionará melhoria das condições de segurança viária, com eliminação de irregularidades, recomposição da camada de rolamento e implantação de sinalização adequada, reduzindo riscos de acidentes.

No aspecto da mobilidade urbana, haverá aumento da fluidez do tráfego e redução dos custos operacionais dos veículos, contribuindo para maior eficiência do sistema viário.

A execução de calçadas acessíveis garantirá a adequada circulação de pedestres, inclusive pessoas com mobilidade reduzida, atendendo às normas de acessibilidade e promovendo segurança e inclusão.

Do ponto de vista econômico, o recapeamento configura solução tecnicamente eficiente e de menor custo em relação à reconstrução total da via, resultando na ampliação da vida útil do pavimento e na redução de despesas futuras com manutenção corretiva.

Assim, os resultados pretendidos concentram-se na melhoria do desempenho funcional do pavimento, aumento da segurança e acessibilidade, e otimização dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da eficiência e economicidade.



12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Para a presente contratação, recomenda-se a adoção do regime de execução indireta por empreitada por preço global, em razão da natureza do objeto, que consiste em obra de engenharia com escopo previamente definido, soluções técnicas consolidadas e quantitativos estimados a partir de projeto básico.

Tal regime mostra-se adequado por permitir a contratação de solução integrada, transferindo à contratada a responsabilidade pela execução completa do objeto, com base em preço certo e total, favorecendo o controle dos custos e a previsibilidade orçamentária.

A adoção da empreitada por preço global contribui para a economicidade, na medida em que estimula a apresentação de propostas mais competitivas, possibilitando que os licitantes internalizem ganhos de escala, eficiência operacional e otimização de recursos, refletindo em melhores condições para a Administração.

Além disso, o regime reduz riscos de aditivos decorrentes de medições fragmentadas, minimiza discussões contratuais sobre quantitativos e assegura maior eficiência na gestão e fiscalização da obra.

Considerando que se trata de serviços interdependentes — recapeamento asfáltico e execução de calçadas — cuja execução demanda coordenação técnica e sequencialidade, o regime por preço global também contribui para a manutenção da qualidade final do empreendimento e para o cumprimento dos prazos estabelecidos.

Dessa forma, conclui-se que o regime adotado é o mais adequado sob os aspectos técnico, econômico e gerencial, estando alinhado aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.



13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Para a presente contratação, não se identificam providências extraordinárias a serem adotadas previamente à celebração do contrato, uma vez que a Administração dispõe de estrutura técnica e administrativa adequada para a gestão e fiscalização do objeto.

A designação do gestor do contrato, do fiscal titular e de seu respectivo suplente será formalizada conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021, sendo estes servidores detentores de experiência prévia na fiscalização de obras e serviços de engenharia, o que assegura condições suficientes para o adequado acompanhamento da execução contratual.

Considerando a natureza do objeto — recapeamento asfáltico com execução de calçadas —, será realizado o acompanhamento por **fiscal técnico**, responsável pela verificação da conformidade dos serviços executados com os projetos, especificações técnicas, normas aplicáveis e exigências contratuais, especialmente no que se refere ao controle tecnológico dos materiais, à qualidade da execução e ao atendimento às condições de acessibilidade.

Adicionalmente, a Administração deverá assegurar, previamente ao início da execução contratual:

- a disponibilidade dos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro devidamente aprovados;
- a emissão da ordem de serviço após verificação das condições necessárias ao início da obra;



- a definição clara dos procedimentos de medição, fiscalização e recebimento dos serviços;
- a verificação da regularidade documental da contratada no momento da assinatura do contrato.

Dessa forma, conclui-se que a Administração se encontra apta a conduzir a contratação e a execução do objeto, não sendo necessária capacitação adicional específica, além das rotinas já adotadas, garantindo a adequada gestão contratual e o atendimento ao interesse público.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Carlos Eduardo Mangini Silva
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Murilo Rocha Szpak
Fiscal Técnico:	Murilo Rocha Szpak
Suplentes:	Marcio Trentini

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não se identificam contratações correlatas ou interdependentes.

O objeto contempla integralmente todas as etapas necessárias à sua execução — recapeamento asfáltico, execução de calçadas e sinalização — sendo, portanto, autossuficiente sob os aspectos técnico e operacional.

A adoção de solução integrada assegura maior eficiência, qualidade e controle da execução, evitando riscos de incompatibilidades e atrasos decorrentes de múltiplos contratos.

15. ALINHAMENTO COM O PAC

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

A presente contratação não consta no Plano de Contratações Anual vigente, tendo em vista tratar-se de demanda decorrente de recurso financeiro superveniente, oriundo de convênio/transferência de outras esferas de governo.



Por se tratar de recurso específico e eventual, cuja disponibilização não era passível de previsão no momento da elaboração do planejamento anual, a contratação justifica-se pela necessidade de execução tempestiva do objeto, em observância aos prazos e condições estabelecidos no instrumento de repasse.

Dessa forma, a ausência de previsão no PAC não compromete a regularidade da contratação, estando devidamente justificada pela natureza excepcional do recurso e pelo interesse público envolvido.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☒ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☐ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☐ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☒ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

O objeto da presente contratação classifica-se como serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se trata de atividade cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado e normas técnicas amplamente consolidadas.

Os serviços de recapeamento asfáltico em CBUQ e execução de calçadas possuem metodologia executiva padronizada, com emprego de técnicas, materiais e equipamentos amplamente difundidos no setor de engenharia, sendo regidos por normas técnicas específicas, como aquelas estabelecidas por órgãos como DNIT, DER e ABNT.

Adicionalmente, trata-se de serviço com ampla disponibilidade de fornecedores no mercado, não envolvendo soluções inovadoras, alta complexidade tecnológica ou necessidade de desenvolvimento técnico específico que justifique sua classificação como serviço especial de engenharia.

Dessa forma, a natureza do objeto permite a definição clara dos requisitos de desempenho, qualidade e execução, viabilizando a comparação objetiva das propostas e caracterizando-o como serviço comum de engenharia.



- () Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- (X) Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

O objeto da presente contratação enquadra-se como serviço não contínuo ou contratado por escopo, tendo em vista que se refere à execução de obra de engenharia com início, meio e fim definidos, vinculada a um resultado específico previamente estabelecido.

Os serviços de recapeamento asfáltico e execução de calçadas possuem caráter pontual, com prazo determinado e entrega final claramente delimitada, não se configurando como necessidade permanente ou contínua da Administração.

Adicionalmente, a contratação não demanda execução prolongada ou repetitiva ao longo do tempo, tampouco envolve dedicação exclusiva de mão de obra, sendo caracterizada pela realização de um empreendimento específico, conforme projeto, orçamento e cronograma definidos.

Dessa forma, o objeto apresenta natureza típica de contratação por escopo, com resultado final mensurável, enquadrando-se adequadamente como serviço não contínuo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Para a presente contratação, recomenda-se a exigência de garantia contratual no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor inicial do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

A fixação do percentual em 5% mostra-se adequada e proporcional à natureza do objeto, considerando que se trata de obra de engenharia com escopo definido, metodologia executiva padronizada e riscos técnicos controláveis, não se caracterizando como empreendimento de alta complexidade ou elevado grau de incerteza que justifique a adoção de percentual superior.

Tal percentual é suficiente para resguardar a Administração quanto a eventuais inadimplementos contratuais, como atrasos injustificados, falhas na execução ou descumprimento de obrigações, sem, contudo, impor ônus excessivo às licitantes, preservando a competitividade do certame.

Adicionalmente, a adoção de percentual moderado está alinhada ao entendimento dos órgãos de controle, que orientam pela observância dos



princípios da razoabilidade e proporcionalidade na fixação da garantia contratual, evitando restrições indevidas à participação de empresas.

A garantia poderá ser prestada nas modalidades previstas na legislação, tais como caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

Dessa forma, o percentual de 5% atende de forma equilibrada aos objetivos de proteção da Administração e manutenção da competitividade, mostrando-se tecnicamente adequado ao objeto da contratação.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das análises técnicas, econômicas e operacionais apresentadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa especializada para execução dos serviços de recapeamento asfáltico com execução de calçadas.

A solução proposta mostra-se adequada para o atendimento da demanda, sob os aspectos de desempenho, durabilidade, segurança viária e acessibilidade, além de apresentar viabilidade técnica e economicidade em relação a alternativas disponíveis.

Verifica-se, ainda, que o objeto é amplamente executado no mercado, havendo disponibilidade de empresas qualificadas aptas à sua execução, o que garante competitividade ao certame e viabiliza a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

A contratação também se mostra compatível com a capacidade técnica e administrativa do Município para sua gestão e fiscalização, não havendo impedimentos à sua execução.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é tecnicamente viável, economicamente adequada e atende ao interesse público, sendo recomendada a sua continuidade com a elaboração do Termo de Referência e demais atos necessários à realização do procedimento licitatório.

**20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC**

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

() Pregão, () Tradicional () SRP

(X) Concorrência Presencial, () Concorrência Eletrônica, () Tradicional ()

SRP

() Concurso

() Leilão

() Dialogo Competitivo

Justificativa:

A adoção da modalidade concorrência na forma presencial, com inversão das fases de habilitação e julgamento, fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais e jurídicos, devidamente alinhados às disposições da Lei nº 14.133/2021 e ao entendimento consolidado dos Tribunais de Contas.

Nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, admite-se, mediante ato motivado, a inversão das fases do procedimento licitatório, de modo que a habilitação anteceda o julgamento das propostas, desde que demonstrados os benefícios decorrentes dessa opção.

No caso específico de obras de recapeamento asfáltico com execução de calçadas, a experiência administrativa evidencia a recorrente participação de licitantes sem capacidade técnica e operacional adequada, os quais, embora apresentem propostas competitivas, não atendem aos requisitos mínimos de habilitação, gerando retrabalho administrativo, atrasos no certame e risco à adequada execução contratual.

A inversão de fases, portanto, apresenta-se como medida eficiente para:

- *Filtrar previamente empresas efetivamente qualificadas;*
- *Reduzir o tempo de análise de propostas inexecutáveis ou de licitantes inaptos;*
- *Aumentar a segurança jurídica do certame;*
- *Mitigar riscos de contratação de empresas sem capacidade técnica;*
- *Garantir maior celeridade e racionalização dos atos administrativos.*



Tal entendimento encontra respaldo no Tribunal de Contas da União, que admite a adoção de medidas procedimentais diferenciadas quando devidamente motivadas e voltadas à eficiência da contratação. Nesse sentido, destaca-se:

- **Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário (TCU):** reconhece que a Administração pode adotar exigências e procedimentos diferenciados, desde que devidamente justificados e proporcionais ao objeto, visando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e a adequada execução contratual.
- **Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário (TCU):** reforça que requisitos e condições adicionais são legítimos quando necessários à mitigação de riscos e à garantia da capacidade de execução do objeto, não configurando restrição indevida à competitividade quando fundamentados tecnicamente.

No que se refere à adoção da forma presencial, a Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 17, §2º, que as licitações devem ser preferencialmente eletrônicas, sendo admitida a forma presencial mediante justificativa.

*No presente caso, a motivação decorre da **inviabilidade técnica de operacionalização da inversão de fases nos sistemas eletrônicos disponíveis (ComprasGov)**, o que comprometeria a adoção do procedimento considerado mais eficiente para o objeto em questão.*

Adicionalmente, a natureza técnica da obra — que envolve aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), controle rigoroso de temperatura, logística de fornecimento e integração entre etapas executivas — exige maior rigor na seleção prévia dos licitantes, o que reforça a necessidade da inversão de fases.

Importante destacar que a adoção da forma presencial não compromete a competitividade, uma vez que há número significativo de empresas capacitadas na região, garantindo ampla concorrência.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná também possui entendimento no sentido de que a forma presencial pode ser adotada quando devidamente motivada, especialmente em situações em que a escolha do procedimento visa maior eficiência, controle e segurança da contratação.

Dessa forma, a adoção da concorrência presencial com inversão de fases mostra-se medida:

- **legal**, por estar expressamente prevista na Lei nº 14.133/2021;
- **técnica**, por adequar o procedimento à complexidade do objeto;
- **eficiente**, por otimizar o processamento do certame;
- **proporcional**, por não restringir indevidamente a competitividade;
- **vantajosa**, por mitigar riscos e assegurar a correta execução da obra.



Conclui-se, portanto, que a escolha do procedimento adotado está plenamente justificada sob os aspectos técnico, jurídico e administrativo, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
- ☐ Pré-Qualificação
- ☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, **etc vide art. 78 da Lei.**

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
- ☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☒ menor preço
- ☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ técnica e preço
- ☐ maior retorno econômico
- ☐ maior desconto
- ☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto
- ☐ Fechado
- ☐ Aberto e Fechado
- ☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOS

- ☐ SIM
- ☒ NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☐ Recursos Próprios
- ☒ Recursos Estaduais
- ☐ Recursos Federais



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Dois Vizinhos, 10 de abril de 2026.

CARLOS EDUARDO MANGINI SILVA
Secretário de Planejamento e Ações Estratégicas
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 20392-1

Assinado por 4 pessoas: RAUL ZANELLA, BIANCA CRISTINA SCHREIBER, CARLOS EDUARDO MANGINI e MARCIO TRENTINI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/802D-FBED-D237-EB22> e informe o código 802D-FBED-D237-EB22



**ANÁLISE DOS RISCOS**

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Assim como toda contratação, vislumbra-se alguns riscos em curso na presente contratação. Incluem-se neste mapa de risco, aqueles que tangiam o processo que permeiam o planejamento da contratação, seleção do fornecedor, execução do objeto e a gestão do contrato.

O gerenciamento de risco permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

Entende-se por ação preventiva, ações e serem tomadas, com base no desenho do mapa de risco, de forma de prevenir a ocorrência dos riscos. Ações de contingência, no são ações a serem tomadas na ocasião onde os danos começarem a ocorrer, com a materialização dos riscos previstos.

Classificação da Probabilidade (P)
<u>Classificação</u>
Baixa
Media
Alto

Classificação do Impacto (I)
<u>Classificação</u>
Baixa
Media
Alto

RISCO 01 -						
(X)	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
(X)	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta
DANO						
1. Licitação deserta – nenhuma proposta cadastrada.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 Especificação suficiente para atender as necessidades da Instituição.			1 - Equipe de planejamento			



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

2 – Pesquisa e preços adequados aos preços praticados pelo mercado e outros órgãos públicos.	2 - Equipe de planejamento
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Adequação das especificações e/ou da pesquisa de preços.	1 – Equipe de planejamento
2 - Incrementar os meios de divulgação da licitação	2 - Equipe de planejamento

RISCO 02 –			
(X)	Planejamento da Contratação		
()	Execução do Objeto		
(X)	Seleção do Fornecedor		
()	Gestão do Contrato		
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
DANO			
2. Pedido de impugnação do Instrumento Convocatório.			
Ações Preventivas		Responsáveis	
1 – Especificação suficiente capaz de atender as necessidades da Instituição sem frustrar a participação dos licitantes na Licitação.		1 – Equipe de planejamento	
2 – Observação as legislações pertinentes em torno do objeto		2 – Equipe de planejamento	
Ação de Contingencia		Responsáveis	
1 - Analisar o pedido com base nos princípios norteadores da Licitação para indeferir ou não o pedido.		1 – Equipe de planejamento	
2 - Caso seja deferido o pedido, promover o cancelamento do certame para adequação do(s) item(ns) questionado (s).		2 – Equipe de planejamento	

RISCO 03 –			
(X)	Planejamento da Contratação		
()	Execução do Objeto		
(X)	Seleção do Fornecedor		
()	Gestão do Contrato		
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta



Impacto:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
DANO						
Interposição de recurso contra a proposta classificada, inicialmente, em primeiro lugar, de acordo com as exigências do Edital e seus anexos.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 – Analisar as propostas apresentadas e os demais documentos encaminhados ou solicitados para averiguação do atendimento das exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.			1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
1 – Receber o recurso e analisá-lo com base nos princípios norteadores da Licitação, emitindo parecer fundamentado quanto ao mérito do pedido e encaminhá-lo para a autoridade competente homologadora do certame.			1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação			

RISCO 04						
(X)	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
(X)	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta
DANO						
Recusa da licitante homologada em assinar o Instrumento Contratual.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 – Prever no Edital e seus anexos a (a) penalidade (s) cabíveis, solicitando a apresentação de uma declaração de Exequibilidade da proposta, na fase de aceitação, se necessário.			1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação			



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Ação de Contingencia	Responsáveis
1 – Solicitar uma justificativa formal da referida licitante para a recusa 2 - Comunicar a Diretoria de Administração a ocorrência do ilícito e da necessidade de se instaurar processo administrativo sancionador para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível. 3- Reabrir a Sessão Pública para a negociação com as próximas colocadas no certame.	1 – Autoridade da licitação 2 – Autoridade da licitação 3 – Autoridade da licitação

RISCO 05 –					
(X)	Planejamento da Contratação				
()	Execução do Objeto				
(X)	Seleção do Fornecedor				
()	Gestão do Contrato				
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta		
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta		
DANO					
Inaptidão técnica para fornecimento de materiais					
Ações Preventivas			Responsáveis		
1 – Prever no Edital e seus anexos a exigência de atestado de capacidade técnica e especificação adequada dos materiais conforme normas técnicas vigentes.			1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação		
Ação de Contingencia			Responsáveis		
1 – Desclassificação da empresa licitante 2 - Reabrir a Sessão Pública para a negociação com as próximas colocadas no certame. 3 - Analisar se o ato da licitante se enquadra nas tipificações de ilícitos previstas na lei e no instrumento convocatório. Se for o caso de existir elemento plausível de comportamento ilícito, devesse comunicar a Diretoria de			1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação 2 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação 3 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação		



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Administração a ocorrência do ilícito e da necessidade de se instaurar processo administrativo sancionador para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.

RISCO 06 –						
(X)	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
(X)	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta
DANO						
Especificação genérica, que ocasiona falta de critérios na aceitação da proposta – Morosidade.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 – Nomeação adequada da equipe de planejamento de planejamento com conhecimento técnico do objeto			1 – Autoridade homologadora do certame 2 - Autoridade homologadora do certame			
2 - Normativo que estabeleça os responsáveis para elaboração do TR e das especificações, com profissionais qualificados.						
Ação de Contingência			Responsáveis			
1 - Apurar junto a equipe de planejamento da contratação as causas do ocorrido			1 - Autoridade da Licitação			

RISCO 07 –						
(X)	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
(X)	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta
DANO						



Especificações utilizadas não espelham o usual de mercado, ou das contratações de outros órgãos e entidades da Administração Pública, o que acarreta dificuldade na realização de estimativa de preços.

Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Nomeação adequada da equipe de planejamento da contratação com conhecimento técnico do objeto 2 - Normativo que estabeleça os responsáveis para elaboração do TR e das especificações, com profissionais qualificados.	1 - Autoridade homologadora 2 - Autoridade homologadora
Ação de Contingencia	Responsáveis
Apurar junto a equipe de planejamento da contratação as causas do ocorrido	1 - Autoridade da Licitação

RISCO 08 –

(X)	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
(X)	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	()	Baixa	()	Média	(X)	Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta

DANO

Inabilitação e/ou desclassificação de licitante por não atender as exigências do Edital.

Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Prevê no instrumento convocatório as regras gerais e específicas de comportamento durante a sessão pública, celebração e gestão do contrato	1 - Equipe de Planejamento
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Inabilitar e/ou desclassificar a empresa com base nas regras estabelecidas no Instrumento Convocatório. 2 - Analisar se o ato da licitante se enquadra nas tipificações de ilícitos previstas na lei e no instrumento convocatório. Se for o caso de existir elemento plausível de comportamento ilícito, devesse comunicar a Diretoria de Administração a ocorrência do	1 - Autoridade da Licitação 2 - Autoridade da Licitação



ilícito e da necessidade de se instaurar processo administrativo sancionador para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.

RISCO 09 –

- () Planejamento da Contratação
(X) Execução do Objeto
() Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta
Impacto: () Baixa () Média (x) Alta

DANO

Atraso na instalação e fornecimento dos materiais necessários ao início da prestação dos serviços.

Ações Preventivas

1 - Prever no Edital e seus anexos as exigências para entrega dos materiais e as sanções do não atendimento.
2 - Comunicar, formalmente, a contratada sobre o prazo para entrega dos materiais e das implicações decorrentes do não cumprimento das obrigações.

Responsáveis

1 - Equipe de planejamento
2 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato

Ação de Contingência

1 - Abrir Processo Administrativo Sancionador à Diretoria de Administração e Planejamento para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.

Responsáveis

1 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato

RISCO 10–

- () Planejamento da Contratação
(X) Execução do Objeto
() Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta
Impacto: () Baixa () Média (x) Alta

DANO

Falhas na fiscalização administrativa que implique em responsabilização da Administração.



Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Nomeação e indicação de gestor e fiscal do contrato devidamente capacitados para a função.	1 - Gestor do Contrato
Ação de Contingência	Responsáveis
1 - Abrir Processo Administrativo Sancionador à Diretoria de Administração e Planejamento para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível quanto ao descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.	1 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato

RISCO 11–						
()	Planejamento da Contratação					
(X)	Execução do Objeto					
()	Seleção do Fornecedor					
(X)	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta
DANO						
Não acompanhamento dos termos aditivos e cronogramas estabelecidos para execução do projeto, ocasionando morosidade e desperdício de recursos públicos.						
Ações Preventivas		Responsáveis				
1 - Nomeação e indicação de gestor e fiscal do contrato devidamente capacitados para a função.		1 - Gestor do Contrato				
Ação de Contingencia		Responsáveis				
1 - Abrir Processo Administrativo Sancionador à Diretoria de Administração e Planejamento para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível quanto ao descumprimento dos prazos estabelecidos para execução da obra.		1 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato				

RISCO 12–



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

()	Planejamento da Contratação
(X)	Execução do Objeto
()	Seleção do Fornecedor
(X)	Gestão do Contrato
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta
DANO	
Comportamento inadequado de colaboradores da empresa prestadora de serviços no ambiente institucional.	
Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Prever no Instrumento Convocatório a substituição do colaborador, a pedido da contratante, no caso de comportamento inadequado do mesmo.	1 - Equipe de planejamento
Ação de Contingência	Responsáveis
1 - Solicitação de substituição do colaborador à empresa contratada.	1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato

RISCO 13–	
()	Planejamento da Contratação
(X)	Execução do Objeto
()	Seleção do Fornecedor
(X)	Gestão do Contrato
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:	(x) Baixa () Média () Alta
DANO	
Composição de custos incorreta, resultando em aditivos de valores e prazo.	
Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Contratação de empresa especializada na formação de custos de obras e serviços de engenharia com expertise na área.	1 - Equipe de planejamento
2 - Normativo que estabeleça os responsáveis para elaboração do TR e das especificações, com profissionais qualificados.	2 - Equipe de planejamento



Ação de Contingência	Responsáveis
1 - Verificar os elementos que geraram o aditivo e apurar a quem lhe é atribuído a causa.	1 - Fiscal e Gestor do Contrato

RISCO 14-						
<input type="checkbox"/> Planejamento da Contratação						
<input checked="" type="checkbox"/> Execução do Objeto						
<input type="checkbox"/> Seleção do Fornecedor						
<input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato						
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input checked="" type="checkbox"/>	Alta
DANO						
Falhas no ateste definitivo; Autorização para efetuar pagamento por serviços mal prestados ou mal executados.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Nomeação e indicação de gestor e fiscal do contrato devidamente capacitados para a função.			1 - Gestor do Contrato			
Ação de Contingência			Responsáveis			
1 - Abrir Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade à Diretoria de Administração e Planejamento para averiguar ocorrido e punir os que deram causa ao prejuízo apurado.			1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato			

RISCO 15-						
<input type="checkbox"/> Planejamento da Contratação						
<input checked="" type="checkbox"/> Execução do Objeto						
<input type="checkbox"/> Seleção do Fornecedor						
<input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato						
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/>	Baixa	<input checked="" type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
DANO						
Descumprimento de obrigações contratuais por parte da contratada						



Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Estabelecer de forma clara e objetiva as obrigações da contratada, bem como as consequências para os eventuais descumprimentos	1 - Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência	Responsáveis
1 - Abrir Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade à Diretoria de Administração e Planejamento para averiguar ocorrido e punir a quem tenha dado causa ao ilícito.	1-Gestor do Contrato/Fiscal do contrato

RISCO 16–					
()	Planejamento da Contratação				
(X)	Execução do Objeto				
()	Seleção do Fornecedor				
(X)	Gestão do Contrato				
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta		
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta		
DANO					
Descumprimento de Prazos executivos em função do clima ou excesso de chuva.					
Ações Preventivas	Responsáveis				
1 - Estabelecer de forma clara e objetiva as obrigações da contratada, manter em obra diário de obras, com controle pluviométrico diário.	1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato				
Ação de Contingência	Responsáveis				
1 - Abrir Processo Administrativo em tempo para acompanhamento e elaboração de aditivos de prazo para garantir a continuidade dos serviços.	1-Gestor do Contrato/Fiscal do contrato				

RISCO 17–



()	Planejamento da Contratação
(X)	Execução do Objeto
()	Seleção do Fornecedor
(X)	Gestão do Contrato
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa (x) Média () Alta
DANO	
Depredação de elementos com calçadas acessos rampas elementos de drenagem e outros do pavimento, durante a execução do contrato	
Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Estabelecer e formalização junto a empresa contratada, de forma clara e objetiva, as responsabilidades sobre a correção dos elementos predados.	1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 – Noticiar a contratada, quando a correção das ocorrências e dar prazo não superior a vigência para a correção. 2 - não fornecer atestados ou outros documento de conclusão da obra sem a devida correção dos problemas .	1-Gestor do Contrato/Fiscal do contrato

Probabilidade de Ocorrência	Alta	Risco08,	
	Media	Risco03,	Risco 09, Risco 16,
	Baixa	Risco 13, Risco 06, Risco 07, Risco 14, Risco 17	Risco 01, Risco 02, Risco 04, Risco 05, Risco 10, Risco 11, Risco 12, Risco 14,
		Baixa	Media Alta
Gravidade/Impacto			



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 802D-FBED-D237-EB22

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ RAUL ZANELLA (CPF 063.XXX.XXX-66) em 29/04/2026 09:22:06 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 29/04/2026 09:22:48 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CARLOS EDUARDO MANGINI (CPF 078.XXX.XXX-99) em 30/04/2026 11:31:37 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARCIO TRENTINI (CPF 074.XXX.XXX-90) em 30/04/2026 15:19:32 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/802D-FBED-D237-EB22>